



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares, annunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As 3 séries . . .	Ano 240\$	Semestre	130\$
A 1.ª série . . .	90\$	»	48\$
A 2.ª série . . .	80\$	»	43\$
A 3.ª série . . .	80\$	»	43\$

Avulso: Número de duas páginas \$30;
de mais de duas páginas \$30 por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

Aos serviços públicos

Em cumprimento das disposições do artigo 8.º do decreto n.º 26:341, de 7 de Fevereiro de 1936, e em harmonia com as indicações recebidas da Direcção Geral do Tribunal de Contas, nenhum diploma ou despacho referente a pessoal, com excepção exclusiva dos de simples demissão ou exoneração, pode ser publicado no «Diário do Governo» sem alguma das seguintes menções:

- a) Da data do visto;
- b) Da data da anotação;
- c) De que não carece de visto ou anotação do Tribunal;
- d) De que o diploma vai ser submetido ao visto, quando se trate de nomeação ou colocação:

De autoridades civis;
De professores provisórios ou temporários;
De tesoureiros interinos ou seus propostos;
De pagadores e seus ajudantes.

Quando qualquer despacho não traga as indicações necessárias respeitantes ao visto, será, pela Imprensa Nacional, devolvido à procedência, a fim de ser completado antes de inserto no «Diário do Governo».

SUMÁRIO

Ministério da Justiça:

Decreto-lei n.º 26:556 — Estabelece um regime transitório para as letras, livranças e cheques emitidos entre a data da vigência das convenções e anexos aprovadas para ratificação pelo decreto-lei n.º 23:721 e a data da vigência dêste decreto-lei.

Ministério das Finanças:

Decreto-lei n.º 26:557 — Reduz a 5 por cento a percentagem a deduzir das receitas provenientes dos impostos municipais cuja cobrança esteja a cargo das alfândegas insulares.

Ministério da Guerra:

Decreto-lei n.º 26:558 — Substitue a redacção das alíneas b) e c) do artigo 1.º do decreto-lei n.º 25:865, que fixa o pessoal do gabinete do major general do exército e as gratificações de comissão a atribuir aos oficiais que no mesmo gabinete prestem serviço.

Ministério da Marinha:

Portaria n.º 8:423 — Manda que o aviso de 2.ª classe em construção no Arsenal da Marinha até agora designado por *Infante D. Henrique* receba o nome de *João de Lisboa*.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Decreto-lei n.º 26:559 — Aprova, para efeitos de ratificação ou adesão, a Convenção Internacional para a unificação dos métodos de análise dos vinhos no comércio internacional, assinada em Roma em 5 de Junho de 1935.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações:

Decreto-lei n.º 26:560 — Autoriza a Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos a promover a abertura de concurso e a celebrar o respectivo contrato para a execução por empreitada geral das obras a efectuar no porto de Ponta Delgada, e eleva as dotações para as obras nos portos do Douro e Leixões e Viana do Castelo.

Ministério da Educação Nacional:

Decreto n.º 26:561 — Elimina a nota que determina destinarem-se 7.500\$ de uma dotação orçamental à compra de dois microscópios de polarização para o Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra.

Decreto n.º 26:562 — Abre um crédito destinado a ocorrer aos encargos com o contrato de um professor estrangeiro para exercer a regência das cadeiras do 3.º grupo da 3.ª secção e dirigir o Museu e Laboratório Geológico anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Decreto-lei n.º 26:556

Tem-se suscitado dúvidas sobre se estão em vigor, como direito interno português, as convenções e respectivos anexos aprovadas para ratificação pelo decreto-lei n.º 23:721, de 29 de Março de 1934, ratificadas em 9 de Junho, por cartas de confirmação e ratificação de 10 de Maio, e publicadas em 21 de Junho do mesmo ano, para entrarem em vigor, conforme declaração expressa, noventa dias depois da ratificação.

As dúvidas não são fundadas; aqueles diplomas estão em vigor, como expressamente se declarou no artigo 191.º do decreto-lei n.º 26:118, de 24 de Novembro de 1935.

No entanto, para evitar possíveis desordens na vida jurídica portuguesa, julga o Governo necessário e urgente publicar um decreto-lei interpretativo e estabelecer um regime transitório para as letras, livranças e cheques emitidos entre as datas da vigência daquelas convenções e dêste decreto-lei.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As convenções e anexos aprovadas para ratificação pelo decreto-lei n.º 23:721, de 29 de Março de 1934, e publicadas em 21 de Junho, estão em vigor, como direito interno português, desde 8 de Setembro do mesmo ano.

Art. 2.º As letras, livranças e cheques emitidos a partir de 8 de Setembro de 1934, até à data da entrada em

vigor do presente decreto lei, têm o mesmo valor que os emitidos antes, desde que satisfaçam aos requisitos que a lei exigia para estes.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Abril de 1936. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Alfândegas

Decreto-lei n.º 26:557

Tendo as câmaras insulares representado ao Governo no sentido de ser diminuída a percentagem de 8 por cento que as alfândegas deduzem nas receitas municipais cobradas por seu intermédio;

Considerando que, para fazer face às despesas com aquela cobrança, não é necessário onerar tam fortemente as referidas câmaras, e que a percentagem a descontar das receitas pode ser diminuída para 5 por cento;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Nas alfândegas insulares é reduzida a 5 por cento a percentagem fixada na alínea b) do artigo 6.º do decreto de 7 de Setembro de 1893, a deduzir das receitas provenientes dos impostos municipais cuja cobrança esteja a cargo das mesmas alfândegas.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Abril de 1936. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição do Gabinete do Ministro

Decreto-lei n.º 26:558

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A redacção das alíneas b) e c) do artigo 1.º do decreto-lei n.º 25:865, de 19 de Setembro de 1935, e do artigo 2.º do referido diploma é substituída pela seguinte:

b) Dois ajudantes, oficiais superiores de qualquer arma, de preferência julgados idóneos para o serviço do estado maior;

c) Um amanuense, sargento do quadro dos sargentos do secretariado militar.

Art. 2.º Ao pessoal do gabinete do major general do exército serão abonadas mensalmente as seguintes gratificações de comando ou comissão:

Chefe	150\$00
Ajudante	90\$00

§ único. Em virtude do disposto neste artigo, serão efectuadas, por meio de decreto especial, as necessárias correcções, desde 1 de Janeiro de 1936, nas verbas das alíneas b) e c) do n.º 1) do artigo 13.º, capítulo 1.º, do orçamento do Ministério da Guerra em vigor no ano económico de 1936.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Abril de 1936. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Portaria n.º 8:423

Ao aviso que se encontra actualmente em construção no Arsenal da Marinha fôra destinado o nome de *Infante D. Henrique*.

O baptismo de um navio coincide com o seu lançamento ao mar; ainda se está por isso a tempo de lhe dar outro nome.

Deseja o Governo reservar o nome do Infante D. Henrique, vulto máximo da história das descobertas, para um navio que seja também o maior ou um dos maiores e mais importantes da marinha de guerra.

Felizmente muitos são os navegadores ilustres que merecem ser recordados em navios de guerra.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que o aviso de 2.ª classe em construção no Arsenal da Marinha, até agora designado por *Infante D. Henrique*, receba o nome de *João de Lisboa*, recordando deste modo o ilustre e notável piloto que nos começos do século XVI escreveu o *Livro de Marinharia* com o *Tratado da Agulha de Marear* e foi contemporâneo do Dr. Pedro Nunes, que, por sua vez, deu o nome ao aviso irmão, também construído no Arsenal da Marinha.

Ministério da Marinha, 30 de Abril de 1936. — O Ministro da Marinha, *Manuel Ortins de Bettencourt*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Políticos e Económicos

Decreto-lei n.º 26:559

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É aprovada, para efeitos de ratificação ou adesão, a Convenção Internacional para a unificação